

COLEÇÃO MULHERES POR REPARAÇÃO DAS DÍVIDAS SOCIAIS

DÍVIDA PÚBLICA E CRISE CLIMÁTICA: ENTENDA OS IMPACTOS NA NOSSA VIDA

CARTILHA 7



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dívida pública e crise climática : entenda os impactos na nossa vida / organização, produção e revisão Carolina de Mendonça Rodrigues Silva...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Instituto Rede Jubileu Sul Brasil, 2025. -- (Coleção mulheres por reparação das dívidas sociais)

Vários autores.

Outros organizadores: Flaviana Serafim, Magnólia Said, Maria Beatriz de Oliveira, Rosilene Wansetto. Bibliografia.

ISBN 978-65-988665-1-8

1. Dívida pública - Brasil 2. Mulheres - Aspectos sociais 3. Mudanças climáticas - Aspectos socioambientais 4. Mudanças climáticas - Prevenção - Inovações tecnológicas 5. Mudança social - Brasil
I. Silva, Carolina de Mendonça Rodrigues.
II. Serafim, Flaviana. III. Said, Magnólia.
IV. Oliveira, Maria Beatriz de. V. Wansetto, Rosilene.

25-305782.0

CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Efeitos sociais 304.25

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

Essa cartilha nasce da urgência de refletir sobre como as questões relacionadas às mudanças climáticas e a dívida pública estão interligadas, e quais suas principais consequências especialmente para as populações historicamente oprimidas. Ao articular a questão da dívida pública com os impactos da crise climática, buscamos oferecer uma ferramenta formativa didática, crítica e comprometida com a transformação social.

Ela foi pensada como um instrumento de educação popular, dialogando com os saberes dos territórios. A cartilha convida grupos, coletivos, educadores/as, militantes e comunidades a refletirem sobre como a lógica da dívida e os projetos de “desenvolvimento” impactam diretamente a natureza, os corpos e os modos de vida.

Queremos, com este material, fortalecer a compreensão sobre dívida pública e justiça climática e afirmar a soberania dos povos e a centralidade da vida. Nossa aposta é na força da organização popular e na construção de alternativas que nascem da solidariedade e da resistência. E como este é um tema complexo e extenso, será abordado em duas publicações. Esta é a primeira delas.

Boa leitura!

SUMÁRIO

1

Meio ambiente e mudanças climáticas

-----p.03

2

Tratados e acordos relacionados ao clima

-----p.15

3

Dívida e mudanças climáticas

-----p.20

1

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Pra começo de conversa, vamos situar o espaço onde vivemos - o meio ambiente.

O que é meio ambiente pra você? Como o clima tem mudado no seu bairro e na sua cidade? Você sente essas diferenças de temperatura? Por que você acha que isso está acontecendo?

Meio ambiente não é, como muita gente pensa, sinônimo de natureza. É um conjunto de elementos da natureza e elementos artificiais como as construções, as indústrias e outras atividades humanas que estão em volta dos seres vivos e influenciam sua vida. Isso inclui: a terra, a água, o ar, a flora (são os vegetais), a fauna (os animais) e o clima. É, portanto, tudo o que tem a ver com a vida de um ser, com a manutenção e reprodução da vida.

Esse ambiente é impactado pelo clima que está sempre mudando, por vários motivos. É o que chamamos de mudanças climáticas.



As mudanças climáticas são transformações a longo prazo na temperatura e no clima, que podem ser naturais ou decorrentes de atividades humanas, e que vem ocorrendo, principalmente, desde o ano de 1800. Elas afetam nosso corpo, nossa saúde mental, nossa capacidade de cultivar alimentos, nossa moradia, segurança e trabalho e nossa capacidade de nos relacionar socialmente.

As mudanças de temperatura da terra existem há milhões de anos e eram causadas por fenômenos naturais. Ocorre que há menos de três séculos, o clima passou a sofrer forte influência da ação humana, pelo uso intensivo de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás) para serem usados como fontes de energia para indústrias e carros.

A queima desses combustíveis, juntamente com o desmatamento promovido pelo agronegócio, a destruição de florestas, o monocultivo (que é o plantio de uma só cultura), o crescimento dos rebanhos e o uso de agrotóxicos são as principais causas do aumento da emissão de gases na natureza (o gás carbônico, o ozônio, metano, óxido nitroso...) que provocam o aquecimento global, resultando nas mudanças climáticas.

Nas cidades, o que mais contribui para as mudanças no clima é o aumento de carros, a intensa urbanização, a derrubada das poucas árvores e cada vez menos parques.



Quais as principais consequências?

- Furacões, tempestades, inundações, mudanças no clima com grandes ondas de calor e frio, secas que duram muito mais tempo do que o normal; - Elevação do nível do mar, por causa do derretimento do gelo dos pólos e das montanhas;
- Maior evaporação dos açudes e de reservatórios, comprometendo a disponibilidade de água nas regiões;
- Perda da biodiversidade e aumento da desertificação;
- Assoreamento de rios e açudes e maior ocorrência de cheias; - Diminuição das áreas cultiváveis e da produtividade da terra; - Chuvas muito volumosas que não se comparam a outras registradas nas mesmas localidades;
- Aumento do número de doenças provocadas pela poluição, pelo calor e outras alterações no clima;
- Extinção de espécies de animais e plantas que não conseguiram se adaptar às novas condições climáticas;
- Aumento do número de migrantes (ou refugiados/exilados) do clima, as pessoas atingidas pelos eventos extremos/alterações ambientais, decorrentes das mudanças climáticas (inundações, enchentes, incêndios florestais, secas, desertificação, furacões, aumento do nível do mar e outros desastres naturais), que são forçadas a abandonar seus locais de residência.

Aquecimento global é o nome dado ao aumento fora do normal das temperaturas do nosso planeta, causado pela emissão de gases, que resultam das alterações provocadas pelos seres humanos no meio ambiente.

Quem mais sofre com as mudanças climáticas

Alguns governantes dizem que todos sofrem com os impactos das mudanças climáticas. Isso não é verdade. Esse impacto é desigual. As pessoas pobres são as que mais sofrem esses efeitos, principalmente aquelas que vivem em áreas de risco, em regiões semi-áridas e à beira de rios.

Para debater em grupo:

Se medidas urgentes e eficazes não começarem a ser implementadas pelos governos desses países, os problemas que já existem, ficarão cada vez mais graves?

Cleomar Ribeiro, quilombola, pescadora artesanal do Cumbe, no litoral de Aracati (CE), nos conta o que tem significado viver em área onde estão as eólicas.



Aponte sua câmera para o QRCode e assista o documentário **Vento Forte**

Racismo climático ou racismo ambiental

Refere-se à forma como grupos sociais marginalizados e étnicos são afetados pelas mudanças climáticas, pela via da discriminação e das injustiças sociais. Torna evidente como as mudanças climáticas afetam de modo desproporcional comunidades negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras populações em situação de vulnerabilidade.

Dentre esses grupos, as mulheres são as mais afetadas porque, em geral, estão na linha de frente da resistência aos conflitos em suas localidades, aquelas que estão em áreas de risco de deslizamentos e enchentes.

Além da discriminação racial e social, o racismo ambiental é provocado pela falta de investimento em infraestrutura e saneamento básico em comunidades vulneráveis, pela poluição e degradação ambiental.

As pessoas dessas comunidades são excluídas das decisões sobre políticas sociais e ambientais. Em muitos casos, projetos de desenvolvimento realizados nessas regiões são pensados para prejudicar, de fato, as comunidades situadas em locais que podem trazer benefícios/lucros para grandes empresas voltadas à expansão urbana e à especulação imobiliária e não melhorias para quem vive nestes territórios.

Racismo climático ou racismo ambiental, não é “mera coincidência”.

É decisão deliberada de um Estado que está mais preocupado em atender à demanda das grandes corporações do que evitar riscos socioambientais e econômicos à vida das populações.

O papel das instituições financeiras e a crise climática

Em 2024, o Grupo Banco Mundial apresentou estudo ao governo brasileiro para apoiar na definição de políticas públicas para sua transição energética, a partir de seu Programa de Desenvolvimento de Energias Eólicas Offshore (incluir uma nota de rodapé sobre o que significa essa palavra), fundado em 2019, que tem como objetivo acelerar o desenvolvimento do segmento eólico offshore em mercados emergentes.

Para o estudo, a região nordeste apresenta uma das melhores condições de vento no Brasil, tendo como zonas favoráveis aquelas próximas ao Porto do Pecém, no Ceará. O próprio estudo reconhece que ali existem importantes áreas de pesca artesanal e comercial, bem como atividades turísticas que serão impactadas, como a biodiversidade marinha, especialmente mamíferos, avifauna e tartarugas, levando a taxas altas de mortalidade às comunidades pesqueiras e outras operações marítimas.

Aponta um cenário ambicioso como perspectiva, que coloca o Brasil como liderança no desenvolvimento dessa energia, embora refém dos interesses dos investidores internacionais que acabariam se apropriando dos direitos aos territórios. Para reduzir os impactos que seriam causados, o Banco Mundial propõe a já famosa “mitigação” (incluir um box para explicar mitigação). O estudo só não aponta que ali estão instaladas comunidades indígenas.

As mulheres são as que mais sofrem os impactos dos projetos de mineração: sua sobrecarga de trabalho e a violência doméstica aumentam, principalmente no cuidado da casa e da família, uma vez que vivem em um ambiente altamente poluído, gerador de doenças físicas e psicológicas e pelo não reconhecimento de seus direitos, deixando-as mais vulneráveis à violência patriarcal.



Eólicas onshore: geradas por turbinas eólicas localizadas na terra e são impulsionadas pelo movimento do vento para produzir eletricidade. Têm impactos na biodiversidade e sociais tais como: impactos visuais e sonoros, afetando a qualidade de vida das comunidades locais, em especial de mulheres e crianças, ameaça às aves, destruindo seus habitats, além da poluição ambiental com o descarte incorreto das turbinas.

Eólicas offshore: geradas por turbinas eólicas localizadas no mar e seu impacto ambiental se reflete nos ecossistemas marinhos, fazendo desaparecer espécies de peixes, prejudicando a pesca artesanal, impedindo o acesso a áreas de praia. Atualmente são mais de 103 projetos de eólicas offshore em licenciamento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Isso significa um total de 15.992 aerogeradores fincados no mar, ao longo do litoral do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Energias renováveis: são aquelas que podem se regenerar com o tempo ou podem ser cultivadas e por isso não se esgotam. Emitem menos carbono do que os combustíveis fósseis. São exemplos a energia eólica offshore (aquela que é gerada a partir do vento que sopra em alto mar, para converter a energia do vento em eletricidade) e o hidrogênio verde.

Mineração: é um modelo de uso intensivo da natureza para extração de minérios, contaminando a água, o ar e o solo. Afeta a biodiversidade de territórios ocasionando perdas na renda das comunidades. Causa doenças no corpo de trabalhadores/as. Alimenta a dependência nos municípios, criando elites para gerenciar os negócios que dela decorrem. Gera remoções e expulsões.



AS FALSAS SOLUÇÕES

Economia Verde: é um modelo econômico de reinvenção capitalista, articulado entre governos, bancos e grandes empresas que, através de uma publicidade ecologicamente enganosa, pretendem tornar aceitável a manutenção de um ritmo acelerado de crescimento econômico, embora o desastre climático já esteja às vistas de todo mundo.

Na verdade, o que eles pretendem é dominar a natureza pela via do capital e consequentemente, oprimir e controlar a população. Em uma sociedade em que o lucro vem em 1º lugar, que é a sociedade capitalista, os poderosos sempre buscaram um jeito de enganar as pessoas para que elas continuem sendo exploradas.

É certo que está havendo um avanço na degradação ambiental. Então, para corrigir essa 'falha', a solução apresentada pelos mercados é tratar nossa biodiversidade como se fosse uma mercadoria. Atenção: Quando escutar que agora vai ter investimento 'verde', fundo de crédito verde, imposto verde e Bolsa verde, pode ter certeza de que tudo é uma grande enganação. São estratégias dos poderosos para aprisionar os bens da natureza e o nosso pensamento, para nos fazer acreditar que essa é a única saída.

Mercado de carbono: surgiu com a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas durante a ECO-92. É a valorização econômi-

ca da emissão de gases que agravam o efeito estufa. Pela Convenção, 1 tonelada de CO₂ corresponde a 1 crédito de carbono, que pode ser negociado no mercado internacional. Comprar crédito de carbono no mercado corresponde a comprar uma permissão para emitir gases de efeito estufa. Quem emite esses gases, na prática obtém um desconto sobre a multa que o emissor deveria pagar ao poder público, por estar emitindo gás de efeito estufa.

O Brasil está entre os maiores emissores de carbono do mundo e a principal causa é o desmatamento. O chamado “capitalismo verde” se baseia nos mercados de carbono, respaldados pelas principais empresas de minério, petrolíferas, de manufatura, tecnologia digital, aviação e transporte marítimo. Todas as agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e governos são favoráveis ao mercado de carbono.

Capitalismo verde é um termo usado pelos defensores do sistema capitalista para nos fazer acreditar que é possível conciliar desenvolvimento econômico com proteção ambiental. Na verdade, toda essa ideia está voltada para gerar novas oportunidades de negócios, como a produção de energias renováveis, a gestão de resíduos e a oferta de produtos e serviços “verdes”. É impossível conciliar uma lógica baseada na acumulação e no crescimento constante, com sustentabilidade ambiental.

Agronegócio: é um conjunto de atividades agrícolas que envolve a produção, o processamento, a distribuição e a comercialização de produtos agrícolas e pecuários, além da produção de sementes e fertilizantes. Concentra nas mãos de poucas pessoas grande quantidade de terras para o monocultivo.

Através do agronegócio os latifundiários se mantêm no poder com suas grandes empresas nacionais e estrangeiras, produzindo o que tem mais valor, o que pode competir mais no mercado, tanto do Brasil como de outros países. As pessoas que controlam o agronegócio têm uma grande influência nas decisões sobre a política econômica e social do governo federal e sobre o Congresso Nacional.

Transição energética: é passar do uso de combustíveis fósseis, como petróleo, gás e carvão, para alternativas que emitem menos gás carbônico, principal responsável pelo aquecimento global. O desenvolvimento de produtos de baixo carbono, como os biocombustíveis produzidos a partir de matéria vegetal ou animal, e a ampliação da produção e uso de energias renováveis, como a solar, a eólica, hidrelétrica, biomassa, têm sido soluções encontradas para combater as mudanças climáticas e reduzir a poluição do ar.

Grandes projetos solares e eólicos estão nas mãos das grandes empresas de energia que não estão voltadas para atender às necessidades das comunidades locais. Além do mais, o desenvolvimento de fontes renováveis implica na extração de mais minérios para a produção de baterias e insumos renováveis, o que poderá aprofundar a intervenção humana no meio ambiente, favorecer conflitos socioambientais, provocar o aumento da pobreza e das desigualdades nas regiões onde predominam recursos minerais. É por isso que é uma falsa solução falar em transição energética sem questionar para quê e para quem é esse consumo energético

Serviços ambientais: são as ações que de modo individual ou coletivo mantêm, recuperam ou melhoram os serviços que a natureza nos oferece, por exemplo: o reflorestamento de áreas degradadas, controle da erosão, regulação de inundações e secas.

O pagamento por serviços ambientais é considerado uma forma de incentivo à conservação e desenvolvimento sustentável. Acontece que os custos para recuperar uma área degradada são muito maiores do que o investimento na manutenção do que a natureza já nos oferece.

Mitigação: o termo começou a ser usado nas Nações Unidas, a partir do ano 2000. Mas foi o Banco Mundial quem contribuiu para popularizar seu uso, através de publicações e projetos, como “remédio adequado” a ser usado em áreas de conflito, em especial no que se refere a situações onde há ocorrência de alterações climáticas.

Mitigar significa atenuar ou suavizar algo. Ela traz a ideia de manter a floresta em pé, reflorestar, não desmatar, evitar emissões de gases. No contexto de alterações climáticas, significa realizar ações que reduzam ou limitem os efeitos negativos de uma atividade humana ou de um processo natural trazidos ao meio ambiente e/ou à vida das pessoas. A justiça climática deve ser a base estruturadora e o ponto de chegada das ações de mitigação e adaptação.

Data Centers (DCs): são uma estrutura física onde são concentrados todos os recursos tecnológicos necessários para armazenar, processar e distribuir grande quantidade de dados.

Reúnem servidores de rede e dispositivos de armazenamento que garantem o funcionamento de aplicações, sites e os serviços digitais que usamos diariamente. Os computadores dos DCs são projetados para operar sem interrupção. É preciso haver um sistema de refrigeração para controlar o calor gerado pelo equipamento, evitar o superaquecimento e prolongar sua vida.

A eles se articula a inteligência artificial - IA porque ela ajuda a otimizar os recursos, prever falhas e automatizar as tarefas de manutenção. Para funcionar bem, os DCs precisam de duas coisas: água e energia em grande quantidade. A água é necessária para manter os computadores e máquinas sempre resfriados. O uso da energia é por conta do processamento massivo de dados.

Quatro dos 22 projetos em fase de autorização no Brasil ficam em cidades que sofrem com a falta de água e desabastecimento de alimentos nos últimos 20 anos: Pecém (CE), Igaporã (BA), Campo Redondo (RN) e Eldorado do Sul (RS). Esse tipo de projeto vai impactar comunidades e territórios que dependem desses cursos de água. Também vai acarretar um aumento da insegurança alimentar nas regiões devido à falta de água nas zonas rurais.

As alternativas possíveis

Diante da crise climática segue a busca por alternativas energéticas focadas na sustentabilidade, como a biomassa, a energia geotérmica, a bioeconomia, a agroecologia e os biocombustíveis - etanol e biodiesel.

A **biomassa** utiliza matéria orgânica - resíduos agrícolas, madeira, cascas e outros restos vegetais para produção de energia.

A **geotérmica** é produzida a partir do calor interno da terra, emite pouco dióxido de carbono e tem baixo impacto ambiental. Ela ainda é pouco explorada no Brasil, embora exista potencial geotérmico no Vale do Ribeira (SP), Chapada Diamantina (BA) e em Caldas Novas (GO). Quase 90% das casas na Islândia são aquecidas com essa energia.

A **bioeconomia** é um sistema econômico baseado no uso sustentável de recursos biológicos como: plantas, animais e microorganismos para a produção de alimentos, a geração de energia ou a produção de materiais a partir de recursos renováveis, para reduzir impactos ambientais.



Gases de efeito estufa são um grupo de gases presentes na atmosfera que absorvem a radiação infravermelha emitida pela terra, retendo o calor, causando o aquecimento global.

O gás carbônico é o principal, mas tem também o metano, óxido nitroso e o vapor d'água. O efeito estufa é fundamental para a vida na terra, pois mantém o planeta numa temperatura adequada

A agroecologia é uma forma de trabalhar com a terra criando sistemas alimentares em harmonia com a natureza, considerando aspectos de gênero, sociais, ambientais e econômicos. Ela aplica princípios ecológicos buscando a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

A agroecologia se contrapõe ao modelo de desenvolvimento agroexportador que concentra terras, destrói biomas e submete famílias a condições de insegurança alimentar e energética. Os principais inimigos da agroecologia são os agrotóxicos e os transgênicos.

Agrotóxicos são produtos químicos muito perigosos, usados para matar insetos e microorganismos nas plantações, com a justificativa de proteger as culturas agrícolas. Eles afetam tanto o ambiente quanto animais e pessoas, provocando doenças terríveis como o câncer.



Transgênicos, também conhecidos como Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), são sementes modificadas pela transferência de um gene de uma espécie (um animal, um micróbio) para outra espécie, com a justificativa de aumentar a resistência das plantas às pragas. Não se consegue ver a diferença entre um alimento transgênico e um não transgênico. O que vai mostrar a diferença é quando as consequências para saúde, para a agricultura e para o meio ambiente começarem a acontecer.

2

TRATADOS E ACORDOS RELACIONADOS AO CLIMA

Tratados e acordos relacionados ao clima

Conferência das Partes - COP: são reuniões anuais entre os países vinculados às Nações Unidas no sentido de buscar formas de estabilizar as emissões de gases de efeito estufa e buscar soluções diante da crise climática. Delas participam governantes, cientistas, ambientalistas e o conjunto da sociedade civil organizada.

Cada país envia uma delegação que deve assumir as tarefas definidas nos compromissos firmados e aceitos por esses países. Acontece que muitas delegações presentes, em especial dos países do Norte, são financiadas por corporações e empresas e, portanto, representam seus interesses, além de funcionários públicos de governos que também querem impor suas agendas comerciais nacionais.

A COP30 que acontecerá no Brasil em 2025, assim como todas as outras, promete enfrentar a crise climática. Os povos afetados, junto com organizações da sociedade civil e movimentos, se organizam a cada COP de forma paralela, em suas “Cúpulas dos Povos” para fazerem ecoar suas vozes e as alternativas propostas.

Acordo União Europeia-Mercosul: em janeiro de 2021, depois de 20 anos de negociações entre governos, foi fechado um dos maiores acordos comerciais da história entre a União Europeia e o Reino Unido. O tratado tem como principal característica facilitar o comércio e o investimento entre os dois blocos econômicos, com redução ou eliminação de tarifas de importação e exportação.

Em relação aos países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), a assinatura do acordo foi anunciada em dezembro de 2024, após 25 anos de negociações.

Ainda não foi fechado, falta revisão técnica e jurídica, aprovação por instituições nacionais e governos. Falta a ratificação por parte de alguns países dos blocos. Ele segue, portanto, sem transparência, sem diálogo com as populações, ignorando seus direitos, com propostas de negociações que trarão graves impactos sociais e ambientais em todos os biomas. Para o Brasil, esse acordo significa abertura do mercado de privatização de serviços e compras governamentais para empresas europeias, além da importação de agrotóxicos e carros da Europa. O acordo reforça a monocultura e o agronegócio, contribuindo para o empobrecimento, a servidão e o controle das pessoas.

O clima e a relação com as instituições financeiras multilaterais: Banco Mundial, Banco Interamericano e Fundo Monetário Internacional

O discurso do desenvolvimento como base no atual modelo sempre vem acompanhado de grandes obras, grandes negócios, mudanças no modo de produzir e no que se deve consumir. Todas essas intervenções provocam mudanças no meio ambiente e, portanto, no clima.

Para além das condições que favorecem esse modelo e de suas consequências, existem instituições financeiras internacionais que, articuladas com outros setores do capital e em parceria com governos, viabilizam sua efetivação. Dentre estas, estão o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por serem as instituições que mais interferem nas finanças, nas políticas e nos valores em nosso país.

O FMI é o elo garantidor da estabilidade financeira dos países.

Para garantir que a dependência dos países com o FMI se mantenha, o fundo empresta impondo condições, chamadas, desde os anos de 1980, de Programa de Ajuste Estrutural - regras impostas aos países para terem

acesso a empréstimos. Desse modo, o FMI decide sobre a política econômica dos países, determinando quanto os governos podem gastar com políticas sociais e quanto devem economizar para pagar os juros decorrentes das dívidas que acumulam com os empréstimos feitos - a dívida externa.

O Banco Mundial tanto empresta dinheiro para governos e prefeituras, faz assistência política e técnica aos órgãos dos poderes Executivos, como interfere nos outros poderes sugerindo iniciativas de políticas públicas e legislações, como a reforma da Previdência.

Em seu documento de “Estratégia de Parceria com o País” (2024-2028), o banco traz como estratégia geral ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde tanto na Amazônia como em outros biomas.

Para tanto, levará em consideração “as ambições do setor privado brasileiro”, como melhorar o ambiente de negócios do país e ajudar as empresas a se destacarem no cenário global, com projetos que contribuam para o ajuste fiscal e o desenvolvimento sustentável. Em relação especificamente ao clima, apresenta três grandes estratégias:

- Financiamento climático para incentivar empresas a adotarem redução de gases de efeito estufa;
- Práticas sustentáveis na agricultura para pequenos e médios produtores;
- Recursos para o Fundo Clima, projeto de desenvolvimento sustentável na Amazônia, com foco na agricultura sustentável e energia renovável, a gestão dos recursos naturais e mobilização de financiamento climático (a expectativa é que sejam investidos pelo Grupo BM, no mínimo 7 bilhões de dólares).

O BID também empresta a governos e prefeituras, em especial para grandes obras de infraestrutura e turismo em países da América Latina e Caribe. Ele ainda presta consultoria a governos e bancos centrais, além de ter uma Escola de Formação, para treinamento e capacitação de técnicos para atuar conforme os interesses do mercado.

No que se refere ao clima, o Banco apoia: Fundo Clima (financiando projetos de mitigação e adaptação à crise climática, tanto do governo como do setor privado).

Vale salientar que, segundo o governo, o Fundo Clima está em sintonia com o Plano de Transformação Ecológica que é coordenado pelo Ministério da Fazenda e cujas medidas incluem: um mercado regulado de carbono, a taxonomia sustentável e o desenvolvimento da bioeconomia; Programa BID Clima, que recompensa seus membros mutuários por alcançarem os objetivos climáticos e da natureza (corresponde a 5% do empréstimo do BID) incentivando o acesso a mercados de dívida verde; financia iniciativas para proteção da Amazônia; energias renováveis, eficiência energética, agricultura sustentável.

***Taxonomia sustentável** é uma ferramenta usada para identificar quais atividades econômicas podem ser consideradas sustentáveis em termos ambientais, sociais e de governança, com o objetivo de orientar oportunidades de investimentos.*

As consequências desses empréstimos maquiados de verde e com fins ditos sustentáveis, podemos ver na prática: áreas verdes dando lugar a shoppings, hotéis de luxo e grandes estruturas para agradar aos turistas; despejos e remoções de comunidades inteiras para viabilizar grandes eventos e grandes usinas hidrelétricas; mais da metade do orçamento federal para pagamento dos juros e amortização da dívida pública. Esse é o discurso e tem sido essa a prática dessas instituições, onde se vê nas entrelinhas nenhuma preocupação com justiça ambiental, fim das desigualdades sociais e com um ambiente diverso e saudável para todas as pessoas e animais.

Na crise mundial de 2008, FMI, BM e BID foram os primeiros a dizer que estavam prontos para conceder rapidamente empréstimos para os países afetados.

O FMI e o BID, reviu sua política de ajuda ao desenvolvimento e sua estrutura de funcionamento, para fortalecer a presença nos países, entrando no debate ambiental, através do incentivo à dita 'economia verde'. Face a isso, inaugura mais uma frente de atuação - o mercado de carbono. Como é que ele faz para florescer essa nova frente? Se apropria do discurso ecológico dos movimentos sociais, para torná-lo funcional ao mercado; passa a emprestar recursos que interferem na política de meio ambiente dos países (por exemplo, um empréstimo que ele fez ao BNDES em 2008).

Estratégias das corporações para assegurar seus interesses econômicos, o papel dos Estados nacionais: colonialismo climático.

Corporação é uma forma de organização de negócios que protege seus proprietários de perdas maiores do que o seu investimento individual. Ela pode celebrar contratos e realizar outras ações sem que seus proprietários ou acionistas sejam pessoalmente afetados. O foco é gerar lucros que são distribuídos aos acionistas.

Google, Apple, Vale, Amazon são grandes corporações. As corporações globais têm filiais, proprietários e acionistas em diferentes países.

Para assegurar seus interesses de maior acesso à matérias-primas e aos mercados internacionais para maximização de seus lucros, as corporações usam estratégias que vão desde o marketing e a publicidade enganosa à evasão fiscal, que lhes permite driblar o pagamento de tributos e transferir lucros para paraísos fiscais. Junte-se a isso o lobby que fazem para influenciar decisões políticas e legislações que beneficiem seus interesses.

Definem preferencialmente atuar em Estados com legislações trabalhistas e ambientais frágeis e a presença de mão de obra barata.

DÍVIDA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Histórico

A dívida faz parte da nossa história de país colonizado. Quando o Brasil foi invadido pelos portugueses e virou colônia de Portugal, além de matar e escravizar povos indígenas, eles tiraram daqui, só de ouro, 75 mil quilos, que significaram mais de U\$ 5,5 bilhões, além de outros minérios.

Na última década a dívida só cresceu. Em 2023, chegou a R\$ 4,3 trilhões, consumindo 43,23% do orçamento nacional. Nesse mesmo ano, R\$1,89 trilhões foram direcionados para o pagamento de juros e amortizações.

Em 2024, foram reservados aproximadamente R\$ 2,5 trilhões para o mesmo pagamento, correspondendo a 45,98% do orçamento aprovado. Em 2025 foram reservados R\$1,6 trilhões, representando cerca de 28% do Orçamento Federal aprovado, previsto em R\$ 5,8 trilhões.

Vale destacar que estes recursos reservados para o pagamento da dívida, juros e amortizações vão direto para o bolso dos chamados investidores especuladores e rentistas, que nada mais são do que sanguessugas de nossos recursos públicos, do dinheiro do povo. Aqueles que lucram sem trabalhar e defendem cortes de gastos sociais.

Consequências do endividamento público na vida das mulheres

As mulheres têm sido as principais credoras de uma dívida que é histórica, ecológica, financeira, étnico-racial, social e de gênero. São vítimas históricas do método mais sutil e violento que o capitalismo já experimentou com as mulheres – o trabalho reprodutivo.

O fato é que o sistema da dívida vem servindo ao longo do tempo para fortalecer o modelo patriarcal que o constituiu, tendo se aprofundado mais ainda com o ultraliberalismo.

Estratégias do capitalismo para gerar lucro à custa das mulheres

Ao longo da história a mulher sempre esteve em posições subordinadas também no mercado de trabalho onde as desigualdades entre homens e mulheres tornava invisibilizado e ignorado seu trabalho físico e intelectual.

Essa matriz histórico-colonial que reúne, articula, produz e é produzida pelas diferentes estruturas de dominação, vem sendo atualizada para se adaptar às novas exigências do capitalismo global. Ocorre que, como vivemos em uma sociedade patriarcal e machista que não reconhece o trabalho reprodutivo que a mulher realiza como sendo trabalho, o capitalismo se aproveita dessa cultura para continuar explorando seu corpo (pelos sentimentos, pela procriação e pela sexualidade) e sua força de trabalho.

Relação entre dívida, mulheres e mudança climática

Historicamente as mulheres foram gradativamente levadas à condição de objeto explorável e descartável. A natureza, nesse mesmo ritmo, foi levada à condição de recurso natural ou matéria-prima para ser transformada em mercadoria. Ambas, mulheres e natureza, tratadas como elementos de um processo que tem o lucro como objetivo central.

Bem comum, justiça ambiental e social são a retórica, o artifício que embasa o objetivo principal, que é garantir a propriedade privada, a privatização dos bens comuns, o crescimento econômico sem limites, à base de desregulações. Liberdade apenas para quem possui o capital e tem controle sobre ele. Essa intervenção humana encontra-se sintetizada nas “mudanças climáticas”, por se tratar de uma expressão mais difundida, de mais fácil “consumo”, ocupando espaços midiáticos mais amplos em virtude dos problemas imediatos e visíveis que afetarão todos os países.

Vale destacar também que há uma enorme dívida ecológica dos países ricos do hemisfério Norte, em virtude da exploração a que são submetidos os “bens comuns” (água e terra em especial) dos países do Sul, deixando um rastro de degradação que se inicia com a extração e processamento desses bens, a consequente contaminação do ambiente natural, prosseguindo com as atividades de exportação de mercadorias.

Essa dívida se acumula desde a colonização, com a exploração das riquezas naturais, para beneficiar os colonizadores de antes que são os países ricos de hoje.

Do ponto de vista social, pelo modo como se estruturam, percebe-se que as dívidas ecológica e social estão entrelaçadas, caminham juntas e expõem um passivo (dívida) ecológico e social impulsionado pela lógica de como se organizam as sociedades modernas: a busca constante de lucro, de inovações tecnológicas, de crescimento econômico ilimitado e do consumismo que lhe é inseparável.

A relação que se estabelece com as mulheres é porque, sendo elas a maioria da população no Brasil e por serem as principais responsáveis pelas atividades de “cuidado”, cada vez que se paga juros da dívida, mais se deixa de destinar recursos para saúde, educação, segurança alimentar, previdência..., ou seja, atividades que estão sob a responsabilidade das mulheres. Quando essa mulher é negra, quilombola, indígena, o peso das consequências dessa dívida para suas vidas é maior ainda.

Quando relacionamos mulheres com mudanças climáticas a primeira constatação que devemos fazer é que a consequência dos desastres climáticos sobre os territórios não é neutra, ou seja, aí existe uma desigualdade de gênero.

Pesquisas realizadas pela ONU Mulheres (2023) demonstram que, se o aumento de 3°C na temperatura do planeta se concretizar, mais de 158 milhões de mulheres e meninas serão levadas à pobreza até 2050 e 236 milhões poderão sofrer com a insegurança alimentar, mais do que o

esperado entre homens e meninos. Quando associadas a outras desigualdades, como raça, etnia e classe social, elas se intensificam quando se trata de mudanças climáticas.

O desastre ocorrido em 2024, no Rio Grande do Sul, com as destruições que acarretaram e as populações mais atingidas, demonstram os efeitos irreversíveis trazidos à vida das mulheres, não apenas no que se refere a questões materiais e econômicas, mas em questões relacionadas a seus corpos e mentes, tanto durante a tragédia quanto a partir das medidas mitigatórias realizadas pelo poder público, as expondo mais ainda a violências e violações baseadas em gênero.

Os enfrentamentos pelos quais passam as mulheres cotidianamente clamam por justiça, reparações e mudança de modelo econômico e político. As questões climáticas, em um cenário de crise no qual vivemos, para serem enfrentadas demandam um confronto com as desigualdades estruturais, alicerces desse modelo.





O veneno está na mesa: denuncia o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira e suas consequências para a saúde pública e o meio ambiente.

Abuela Grillo: é uma “animação” inspirada em uma lenda indígena boliviana, que trata da luta dos povos originários contra a mercantilização da água.

Martírio: traz uma análise da violência sofrida pelo grupo Guarani Kaiowá, que habita território do centro-oeste brasileiro. Estão em constante conflito com latifundiários, pecuaristas e fazendeiros locais que querem tomar seu território.

Eólicas no Ceará - energia limpa para quem?: mostra como as promessas para o enfrentamento às mudanças climáticas no mundo são falsas, tendo em vista que a implantação dessas usinas não significa preservação dos ecossistemas, povos e seus modos de vida.

A Revolução dos Bichos: trata de uma rebelião de animais que vivem em uma granja, cansados dos maus tratos e se rebelam contra o dono do local, o expulsando e formando uma comunidade democrática.

A Fonte das Mulheres: trata da exploração de mulheres em uma comunidade do norte da África que um dia resolvem se rebelar, a partir do que os homens mais gostam - o sexo. Isso provoca uma revolução no povoado, mudando suas vidas para sempre.

Cidade do Silêncio: Trata da montagem de fábricas no México, a partir do Tratado de Livre Comércio, na fronteira com os Estados Unidos. Exploração, ataques, mortes, péssimas condições de trabalho, podem ser vistas nesse ambiente.



Plataforma latinoamericana de Justicia Climática, Acción Ecológica, Instituto de Estudios Ecologistas Del Tercer Mundo, Corporate Accountability, Glossário ilustrado de la justicia climática - junio de 2023. - Furtado, Fabrina e Paim Soldateli, Elisangela.

Energia en América Latina: Del Negócio a Lo Común. Fundación Rosa Luxemburgo, São Paulo. - Carta Capital, Seu País.

Ameaça Radioativa. Maio de 2022. - Said, Magnólia. Jubileu Sul Brasil.

Cartilha: A Dívida Pública e seu Impacto na Vida das Mulheres. São Paulo. junho de 2020.

Said, Magnólia. Atuação das Instituições Financeiras Multilaterais na geração de dívida - uma trajetória de perdas e danos. Fortaleza, junho de 2022.

Furtado, Fabrina e Aguiar Caroline. Homa Pública - Revista Internacional de Derechos Humanos Y Empresas.

Artigo: Gênero é o Novo Meio Ambiente: Perspectivas Ambientais e de Gênero na Mineração de Lítio para a Transição Energética no Brasil. Rio de Janeiro, Setembro de 2024.

Censat-Água viva. Colección de Alertas sobre Economía Verde. Orígenes del nuevo paradigma en el tratamiento de la cuestión ambiental. Colombia, novembro de 2018.

*Pacs e Grupo PoEMAS. **Rotas do minério de ferro: impactos, violações de direitos e resistências populares.** Rio de Janeiro, fevereiro de 2022. - Movimento dos Conselhos Populares, Jubileu sul Brasil, Mandata Coletiva Nossa Cara, Mandato Fortaleza Verde.*

***Cartilha: Projeto Sisteminha em todo bairro.** Fortaleza, junho de 2023.*

*Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR. Informativo TEAR. **Consórcios agroecológicos.** Fortaleza, dezembro de 2019.*

*Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR. **Informativo Mulheres em foco.***

***Agricultoras do Quilombo Jardim e a produção dos quintais.** Fortaleza, dezembro de 2024.*

*Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR. **Quanto vale uma vida? Povos indígenas e rurais exigem reparação das dívidas ecológicas e sociais.** Fortaleza, agosto de 2021.*

*Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR. **Memórias do Tribunal Popular dos Agrotóxicos.** Fortaleza, 04 de julho de 2025.*

EXPEDIENTE

Organização, produção e revisão

Carolina de Mendonça Rodrigues Silva
Flaviana Serafim
Magnólia Said
Maria Beatriz de Oliveira
Rosilene Wansetto

Redação

Magnólia Said

Colaboração: Dirlene Marques e Carolina de Mendonça Rodrigues Silva

Diagramação

José Bruno Lima

Ano

2025

Contato

faleconosco@jubileusul.org.br
11 94531-7411 / 11 3112-1524

Termo de Fomento nº 962421/2024

REALIZAÇÃO:



APOIO:

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



[illegible]



ACOMPANHE NOSSAS REDES E MÍDIAS

 www.jubileusul.org.br

 @jubileusul

 @redejubileusul

 @jubileusul

 Jubileu Sul Brasil JS/BR

 Jubileu Sul Brasil JS



REALIZAÇÃO:



APOIO:

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

